

Editorial / Editorial

As águas do Atlântico Sul que banham o Brasil, os países vizinhos e as repúblicas africanas, além de importante rota de navegação marítima e de comércio global, guardam imensas riquezas naturais, com destaque para o petróleo e os recursos pesqueiros. Ao longo do século XX, apesar da construção dos canais de Suez (1885) e Panamá (1906) ter diminuído sua relevância comercial, a importância do Atlântico Sul revelou-se nos contextos históricos da II Guerra Mundial (1939-45) e da Guerra Fria (1945-91), quando a segurança dos transportes de matérias primas e do petróleo tornou-se um desafio geoestratégico, para a Europa e os Estados Unidos.

Com a intensificação das rivalidades entre as grandes potências, nas primeiras décadas do século XXI, a fluidez das relações internacionais ameaça a manutenção dos princípios de paz e cooperação no Atlântico Sul. A criação do Comando Africano (AFRICOM), em 2007, e a reativação da IV Frota pelos EUA, um ano depois, a pretexto de garantir a segurança e combater o terrorismo, suscitam desconfianças nos governos africanos e sul-americanos quanto às pretensões intervencionistas destes instrumentos militares, prontos a inibir os processos regionais de integração.

Esta edição temática visa a refletir sobre as iniciativas tanto diplomáticas como das forças armadas por parte do Brasil e de seus vizinhos sul-atlânticos, para o desenvolvimento de políticas comuns de proteção às suas riquezas naturais. Os laços de dependência, cada vez maiores, com instituições internacionais e países, comumente do hemisfério Norte, constituem um sistemático constrangimento à soberania das nações detentoras destas riquezas.

No intuito de estimular o debate acadêmico sobre a urgência de elaborar um pensamento estratégico de defesa por parte dos países da região, convidamos pesquisadores a escrever artigos, sugerindo três modalidades de abordagem: conceitos de defesa nacional,

segurança internacional e cooperação regional; narrativas ou casos específicos sobre conflitos de diversas naturezas nos países sul-atlânticos, buscando compreender suas dimensões estratégicas e geopolíticas; estudos comparativos, que analisem semelhanças e diferenças no modo como o tema é tratado, teórica ou empiricamente.

Iniciamos com a conferência de abertura do encontro da equipe responsável pelo projeto *A defesa do Atlântico Sul*, realizado sob a coordenação do Observatório das Nacionalidades, em junho de 2015, nos campi da Universidade Estadual do Ceará (UECE – Fortaleza) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB–Redenção). Em sua intervenção, Manuel Domingos examina criticamente as ideias dominantes nas relações internacionais e nos estudos da defesa. Enfatiza, ainda, a necessidade de considerar os termos colonialismo e imperialismo para discutir políticas de defesa para o Atlântico Sul no século XXI. A discussão conceitual prossegue com o trabalho de María Eugenia Cardinale sobre segurança internacional, face a um cenário global de incertezas. A autora apresenta os campos teóricos em disputa e questiona a perspectiva tradicional proeminente nos estudos de relações internacionais.

No tocante à cooperação regional, Camila Cristina Luis destaca os esforços, sobretudo, de Brasil, Angola e Nigéria para aprovar a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1986, convertendo-a em uma região livre de armas, inclusive nucleares. Esse fato é um marco na institucionalização da defesa e segurança no Atlântico Sul, funcionando como código normativo para os 24 países costeiros. Atento à mesma temática, Cauê Pimentel ressalta o protagonismo de Angola na reativação da ZOPACAS, em 2007. Segundo ele, a proposta angolana surge meses depois do país ingressar na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e tornar-se um ator relevante na exploração petrolífera *offshore*, no Golfo da Guiné, que concentra entre 15% a 20% da produção global de petróleo.

Eli Penha observa que Angola, uma das áreas mais ricas da África em recursos naturais, tem adotado uma postura proativa

tanto na frente continental quanto marítima, fruto de seu dinamismo econômico, após décadas de guerra civil. Dificuldades tecnológicas e militares tornam o país vulnerável às ameaças representadas pela pirataria e pelas investidas das grandes potências; daí seu empenho em fortalecer organismos multilaterais como a ZOPACAS e a Comissão do Golfo da Guiné.

No Golfo da Guiné, objeto de estudo de Henry Kam Kah do Camarões, a pirataria, o crime organizado e o terrorismo constituem uma fonte de preocupação para os países do entorno. Estes enfrentam problemas logísticos que impedem garantir a segurança marítima regional por seus próprios meios. A relevância da produção de petróleo africano para o estoque energético do planeta atrai cada vez mais o interesse dos EUA, França, Reino Unido e China, intensificando as rivalidades na região.

Na sequência, apresentamos quatro artigos que, com distintas abordagens, tratam das aspirações do Brasil em participar mais ativamente de processos de cooperação com os países sul-atlânticos. Alana Camoça de Oliveira e Gabriela Figueiredo Netto investigam o anseio brasileiro em ampliar seu espaço marítimo e sua aproximação com a África por conta das descobertas de recursos estratégicos no Atlântico Sul. As autoras analisam a importância da região para o cenário internacional e os acordos de defesa firmados entre Brasil e África, em particular nos governos Lula e Dilma.

Por sua vez, Bruno Guimarães explora as estratégias de inserção internacional do Brasil e suas relações com organismos multilaterais, grandes potências, os vizinhos da América do Sul e da África subsaariana. Acredita que a liderança brasileira no Atlântico Sul, apesar de descontínua em função das políticas de governo, tem sido coerente com seu desempenho de ator regional. Conforme aponta Murilo Gomes da Costa, a projeção brasileira nesta região demanda a coesão das políticas diplomáticas com as de defesa, além de iniciativas desprendidas das heranças do pacto colonial. O jovem pesquisador explora os projetos da Marinha do Brasil para o Atlântico Sul, a presença de forças extrarregionais no entorno estratégico brasileiro e a atuação do país na Antártica.

EDITORIAL

Fechando esta edição, Gustavo Guerreiro investiga documentos, discursos e notícias de jornais que versam sobre os propósitos da integração sul-atlântica. Para consolidar a liderança regional do Brasil, sustenta o autor que são indispensáveis a cooperação militar e técnica, associada a programas de investimento. Resta saber se, na atual conjuntura brasileira, persistirão as diretrizes da política externa para a África como parte essencial da agenda de cooperação Sul-Sul.

Os Editores